

Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo

Armando Boito Jr.¹

Os sucessivos governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores implantaram, com variações de uma conjuntura para outra, uma política que se aproximou muito mais do velho desenvolvimentismo brasileiro que do reformismo do Estado de bem-estar. Foi uma política que podemos denominar neodesenvolvimentista, mais próxima da linhagem iniciada por Getúlio Vargas que daquela proveniente da socialdemocracia europeia. O neodesenvolvimentismo vigorou nas décadas de 2000 e 2010 não apenas no Brasil de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, mas também na Argentina de Nestor e de Cristina Kirchner.

Para entender o que foi tal política é preciso distinguir, de um lado, a noção de *modelo* econômico, que indica um todo composto por um aparelho econômico de certo perfil e ao qual se vinculam, de maneira coerente, instituições e normas legais, e, de outro lado, a noção de *política* econômica. Nesse último caso, temos um conjunto de medidas de governo, que configuram uma estratégia de desenvolvimento capitalista mais ou menos coerente, e que incidem sobre áreas distintas como a creditícia, fiscal, tributária, salarial, de comércio exterior e outras. Pois bem, um mesmo modelo econômico pode comportar, dentro de certos limites, variações importantes na política econômica. Exemplificando. O modelo econômico desenvolvimentista que vigorou no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970 comportou tanto a política econômica de Getúlio Vargas, com a expansão dos direitos trabalhistas e o nacionalismo econômico, quanto a de política de abertura ao capital estrangeiro de Juscelino Kubitschec e, inclusive, a política de rebaixamento dos direitos sociais dos governos militares.

Dentro do modelo capitalista neoliberal, os governos podem implementar uma política neoliberal ortodoxa, moderada ou, inclusive, uma política neodesenvolvimentista. Para oferecer ao leitor uma definição sintética e inicial da política neodesenvolvimentista, diremos que *essa política é o desenvolvimentismo possível dentro dos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal*. Os governos neodesenvolvimentistas brasileiros e argentinos mantiveram o modelo herdado de seus antecessores, mas trataram de estimular o crescimento econômico recorrendo, tal qual fazia o velho desenvolvimentismo, à intervenção do Estado na economia, afastando-se assim da ideologia e da prática do Estado mínimo, mas esse intervencionismo e o esperado crescimento que ele deveria provocar esbarraram, dentre outras coisas, nos limites impostos pelos elementos basilares do modelo capitalista neoliberal – refiro-me a elementos econômicos, institucionais e legais que reduzem a capacidade de investimento do Estado, desestimulam o investimento

¹ Professor titular de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista*.

produtivo privado e subtraem mercado da produção nacional, tais como a política de juros elevados, os enormes gastos com a rolagem da dívida pública, a abertura comercial, a autonomia efetiva do Banco Central, a privatização, a desregulamentação financeira e outros.

O neodesenvolvimentismo tinha um encontro marcado com a crise. Dependia, como indicaram muitos, de situação favorável no mercado internacional e, acrescento eu, de uma frente política muito heterogênea cuja unidade era precária². O neodesenvolvimentismo conheceu a sua primeira crise política em 2005, aquela que a grande imprensa denominou a “Crise do Mensalão”³. Diante da crise atual, que se arrasta desde 2014, muitos analistas sustentam, como sabemos, que essa seria a sua crise terminal, marcaria o fim do ciclo neodesenvolvimentista. Há inúmeros fatos que parecem, efetivamente, apontar nessa direção: a crise do Partido dos Trabalhadores, que foi o instrumento político desse ciclo de desenvolvimento; a reduzida margem de manobra que o modelo capitalista neoliberal permitiu às políticas de crescimento econômico; a queda do preço das commodities no mercado mundial; o apoio frágil e efêmero da grande burguesia à política neodesenvolvimentista. Não adentraremos, contudo, o terreno da análise prospectiva – saber se vivemos, ou não, a crise final do neodesenvolvimentismo. Nessa matéria, tudo é muito incerto e os prognósticos taxativos revelam mais desconhecimento da complexidade do processo histórico que qualquer outra coisa. O que podemos dizer é que a conjuntura atual é, no Brasil e em boa parte da América Latina, uma quadra na qual esta parte do mundo está sendo constrangida, depois de mais de uma década de percurso destoante, a ajustar o seu passo com a Europa da austeridade.

Neste artigo, iremos examinar as bases sociais da política neodesenvolvimentista no Brasil, os interesses que ela atendeu, os seus adversários, os conflitos que ela ensejou e a crise que a vitimou no segundo governo Dilma Rousseff. Começaremos com uma breve polêmica com a bibliografia, tomando como ponto de partida para essa polêmica algumas considerações sobre a própria crise política atual.

Uma ou duas coisas que podemos aprender com a crise

² Abordei as contradições do neodesenvolvimentismo e da frente política que o sustentava bem como a decorrente possibilidade de crises políticas em um texto sintético intitulado “As contradições da frente neodesenvolvimentista”. Blog *Viomundo*. 03 de março de 2012. Acessível em <http://www.viomundo.com.br/politica/armando-boito-jr-as-contradicoes-da-frente-neodesenvolvimentista.html> Também em março de 2012, concedi numa longa entrevista ao jornal *Brasil de Fato* onde abordei de forma mais desenvolvida a questão da possibilidade de crise da política neodesenvolvimentista. Armando Boito Jr. “A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar”. [O título da entrevista não foi dado por mim.] Esse texto está acessível em <http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/armando-boito-jr-%3A-%E2%80%9Ca-economia-capitalista-esta-em-crise-e-as-contradicoes-tendem-a-se-agucar-%3A-%E2%80%9D-/>

³ Sobre essa crise, consultar Danilo Enrico Martuscelli, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: Editora CRV. 2015.

A crise política do governo Dilma Rousseff, que está prestes a ter um desfecho com a sua provável deposição⁴, embora seja uma crise que comporta contradições novas e recentes, resultou, fundamentalmente, do agravamento de contradições que já se encontravam ativas no processo político brasileiro desde o início do ciclo de governos ligados ao PT. Justamente por isso, essa crise, ao realçar essas contradições, lança sobre tais governos, e de maneira retrospectiva, uma luz nova. Ela permite, assim, que tiremos algumas lições.

Uma primeira lição é que, ao contrário do que sustentou e ainda sustenta parte da bibliografia e das organizações de esquerda, os governos ligados ao Partido dos Trabalhadores são muito diferentes dos governos da década de 1990 ligados ao PSDB⁵. Trabalhos variados, e com teses e argumentações distintas, chegaram a identificar tais governos, ou a minimizar as diferenças existentes entre eles. Lula da Silva seria a continuidade de FHC ou, na melhor das hipóteses, apresentaria diferenças muito marginais frente ao seu antecessor. Nessa linha de análise, poderíamos recordar aqui trabalhos de Francisco de Oliveira, Leda Paulani, Luiz Filgueiras, Reinado Gonçalves, Valério Arcary e outros. Eu próprio, embora sempre tenha frisado que os governos ligados ao PT representavam uma fração da burguesia brasileira que fora marginalizada na era FHC, subestimei, até meados da década de 2000, o impacto dessa mudança no processo político brasileiro. É certo que parte dessa bibliografia foi produzida durante o primeiro governo Lula, quando as diferenças com o governo de FHC eram menos visíveis. Mesmo assim, uma referência crítica a essa bibliografia pode ser instrutiva. Aliás, convém lembrar que até o final de 2015, vários intelectuais críticos e organizações de esquerda ainda afirmavam, justamente por subestimarem as diferenças entre PT e PSDB, que a campanha do impeachment era mera cortina de fumaça com a qual a oposição visava a chantagear o governo. Ora, a crise política que está conduzindo à deposição de Dilma é um fato maior que está indicando, no nosso entendimento, que todas essas análises precisam ser revisitadas e revistas⁶. Fossem os governos ligados ao PT iguais ou muito próximos aos governos ligados ao PSDB, como poderíamos explicar a crise profunda e prolongada que vive a política brasileira

⁴ Escrevo este artigo em maio de 2016. Dilma Rousseff está temporariamente afastada da Presidência da República para o julgamento de mérito do processo de impeachment.

⁵ Não utilizei a expressão “governos do PT” ou “governos do PSDB”, mas sim “governos ligados ao PT” ou “ligados ao PSDB”, porque no Brasil não há governos de partido. Assim como os governos FHC não foram, estritamente falando, governos do PSDB ou governos de coalizão liderados por esse partido, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff não foram governos do PT ou liderados por ele. O PSDB foi o partido do Governo FHC do mesmo modo que o PT foi o partido do governo Lula da Silva e é o partido do governo Dilma Rousseff. Nem o PSDB, nem o PT definiram os rumos dos governos que apoiaram ou apoiaram e para o qual forneceram grande parte dos seus quadros. No Brasil, temos partidos do governo, mas não governos de partido.

⁶ Ver OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas” e “O avesso do avesso”. In: OLIVEIRA, Francisco de BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo. 2010. PAULANI, Leda, *Brasil delivery*. São Paulo: Boitempo. 2008. FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2007. ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas*. São Paulo: Editora Sundermann. 2011. BOITO Jr. Armando. “A burguesia no governo Lula”. *Crítica Marxista*, nº 21, 2º semestre de 2005. Ver: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

e – notem bem – a ausência de qualquer proposta de conciliação proveniente de uma ou de outra das partes envolvidas no conflito?

O caráter prolongado da crise sugere, e esta é uma segunda lição, que o que está em jogo é algo muito importante para as partes nela envolvidas. Esse algo muito importante são interesses de classe. Não presenciamos um conflito opondo a classe operária e a burguesia em torno das opções capitalismo ou socialismo, que poderíamos denominar, apropriadamente de *luta de classes*, mas estamos sim diante de um conflito de classes que, embora comparativamente de menor alcance, opõe, num sistema de alianças e de oposições intrincado e complexo, diferentes segmentos da classe capitalista e das classes dominadas que disputam a apropriação da riqueza e da renda. O conflito distributivo de classes está na base da crise política atual. Ele não é o único motor da crise. Os conflitos em torno das reivindicações do movimento feminista, do movimento negro e do movimento LGBT, que são conflitos que entretêm relações complexas e variadas com o conflito distributivo de classes, são também parte integrante da crise. Basta ver o peso e a ação da Bancada da Bíblia no desenrolar do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Mas, o conflito principal é o conflito distributivo de classe. No jogo da dissimulação política, Michel Temer sente-se obrigado a vir a público, repetidas vezes, negar que pretenda extinguir direitos trabalhistas e sociais, mas não se sente na obrigação de negar que seu governo revogará direitos das mulheres, dos negros e do movimento LGBT, embora seja sabido que tal revogação seja um dos alvos de forças participantes do golpe de Estado parlamentar.

Um conflito de classes não é, evidentemente, um conflito entre personalidades políticas – Dilma, Aécio, Cunha, Lula, Temer – e nem mesmo um conflito entre correntes de opinião. Não iremos criticar aqui a explicação personalista do processo político – não parece sensato acreditar que um punhado de indivíduos perseguindo interesses próprios teria o poder de convulsionar todo um país. Vamos, contudo, dizer algumas palavras sobre a explicação da crise como um conflito entre correntes de opinião ou doutrinas – o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo – concebidas à parte do conflito de classes.

A explicação que se atém à luta entre correntes de opinião, sem se perguntar sobre os vínculos de tais correntes com o conflito de classes, comete um equívoco idealista e é caudatária, conscientemente ou não, da tradição liberal, que remonta a John Stuart Mill e chega até John Rawls e Jürgen Habermas. Esse tipo de concepção supõe a existência de um espaço público em que se formariam livremente diferentes correntes de opinião sujeitas, todas elas, ao escrutínio livre e consciente dos cidadãos. Uma versão de esquerda desse mesmo enfoque vê a política brasileira como uma disputa entre projetos políticos que podem, eventualmente, ser apresentados, mas de modo meramente alusivo e acessório, como “projetos de classe”⁷. É claro que os

⁷ Exemplos desse tipo de análise podem ser encontrados no livro organizado por Emir Sader e intitulado *Lula e Dilma. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editoras Boitempo e Flacso Brasil. 2013. Destaco o artigo do próprio organizador do livro, intitulado “A construção da hegemonia pós-neoliberal”, onde a luta de projetos, desvinculada de conflitos de classe, é

projetos econômicos e políticos existem – as correntes neodesenvolvimentista e neoliberal são reais e ativas –, mas eles são apenas a dimensão superficial de algo mais profundo e importante que, muitas vezes, encontra-se dissimulado pelo discurso político. Do mesmo modo que o governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff deixou de lado, ao longo do ano de 2015, suas crenças e promessas de campanha e passou a aplicar um programa neoliberal de ajuste, a oposição burguesa neoliberal traiu o receituário de mercado que sempre pregou e votou no Congresso Nacional contra as medidas de ajustes propostas pelo governo. Tais acontecimentos seriam inexplicáveis se nos atívéssemos, na análise da luta política, à disputa entre projetos – o neodesenvolvimentista e o neoliberal.

Primeiro, é preciso se perguntar pelas razões que propiciaram que os neodesenvolvimentistas e os neoliberais, e não outras correntes ou projetos, ocupassem a boca da cena e polarizassem o conflito político no Brasil atual. Há um filtro político e social, delineado pelos interesses de classe e de fração de classe e pela relação de forças entre elas, que acolhe algumas correntes ou doutrinas e marginaliza outras no processo político. Em segundo lugar, é preciso ter em mente que a adesão a este ou àquele projeto **não é estritamente** individual e livre, ou seja, não é socialmente aleatória. Considerando a classe dominante, é possível demonstrar que o segmento burguês que apoiou, pelo menos até 2014, a política neodesenvolvimentista era distinto daquele que pleiteava, já durante o mesmo período e ainda mais agora na crise política, o retorno à política neoliberal. Considerando o campo das classes trabalhadoras, devemos lembrar, como rápida exemplificação, que os movimentos organizados de camponeses e de trabalhadores da massa marginal – MST, MTST, MAB, CMP e outros – mantêm distância do campo neoliberal ou combatem-no de maneira aberta e militante. No caso do movimento sindical, há uma situação mais complexa porque esse movimento está dividido: uma parte do sindicalismo tem oscilado entre o campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal. Contudo, mesmo essa divisão é socialmente determinada, isto é, não se explica por opções ideológicas livres de trabalhadores e sindicalistas. As pesquisas sobre sindicalismo mostram que as centrais sindicais assentam-se sobre bases sociais que apresentam diferenças importantes no nível de renda e de escolaridade, no peso relativo de trabalhadores do setor público e do setor privado e no poder de pressão sindical e indicam que tais diferenças influenciam as opções políticas de suas direções⁸.

Entre os autores que utilizam a ideia de conflito ou mesmo de luta de classes para explicar a crise, encontramos duas posições bem características e opostas, mas igualmente problemáticas. Temos a análise que supõe que os governos vinculados ao PT representavam os trabalhadores e outra, ao contrário, que sustenta que tais governos representavam a burguesia.

concebida como o motor de todo o processo político brasileiro. Ver Pp. 135-143.

⁸ GALVÃO, Andréia, MARCELINO, Paula & TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais das centrais sindicais brasileiras*. Curitiba: Editora Appris. 2015. Consultar especialmente os capítulos I e IV: “A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000” – Pp. 13-56 – e “As bases sociais da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil” – Pp. 157-220.

Essa última aparece, por exemplo, no livro já citado de Valério Arcary: o PT seria um governo, não dos trabalhadores, mas da burguesia em seu conjunto⁹. Nesse caso, a crise política só pode ser explicada como o momento em que a burguesia (no seu conjunto), após ter apoiado os governos petistas, concluiu que o PT perdera as condições de administrar a situação nova criada pela crise econômica e passou para a oposição. Essa ideia tem sido defendida por intelectuais próximos ao PSTU em debates públicos sobre o tema da crise. O que cabe lembrar, contudo, é que uma parte importante da burguesia combatia os governos petistas mesmo antes da crise, isto é, durante o período em que se verificava razoável crescimento econômico. Que outra coisa fazia a oposição organizada no PSDB senão vocalizar essa insatisfação burguesa?

Quanto à tese oposta, segundo a qual os governos petistas representariam os trabalhadores, ela é defendida por intelectuais e dirigentes do PT. Na crise política presente, o Governo Dilma seria combatido pela burguesia ou pelas “elites” justamente por representar os trabalhadores. A crise política seria isso: uma revolta burguesa ou “das elites” contra um governo popular. Valter Pomar defende essa tese em artigo recente sobre a crise política no Brasil¹⁰. O problema que se pode colocar para esse tipo de análise é que os governos petistas, embora não representassem a burguesia como um todo, representavam, no plano objetivo e subjetivo, uma parte, ou fração, da burguesia brasileira. As medidas de política econômica desses governos tiveram como foco os interesses da grande burguesia interna brasileira – a construção naval, a construção pesada, o agronegócio, a mineração, os bancos nacionais – e, apenas secundariamente, contemplaram interesses das classes populares. As publicações das associações empresariais no período que antecedeu à crise política mostra o apoio sistemático dessa fração do grande empresariado aos governos Lula e Dilma¹¹.

As duas análises de classe citadas acima defendem posições opostas, mas partem de uma ideia comum: tratam a burguesia como essa fosse uma classe social unificada e sem fissuras, ignorando que a classe capitalista pode dividir-se, e geralmente se divide, em frações com interesses econômicos distintos. Na verdade, os governos do PT representaram a hegemonia de uma fração da burguesia brasileira em

⁹ ARCARY, *Um reformismo quase sem reformas*. Op. Cit.

¹⁰ POMAR, Valter, “Um programa econômico alternativo”. *Le Monde Diplomatique – Brasil*. Número 104, março de 2016.

¹¹ Ver BOITO Jr., Armando. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial. 2012. BERRINGER, Tatiana, *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris. 2015. SABENÇA, Mariana. “As grandes construtoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma.” 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014. Acessível em <http://portal.anpocs.org/portal>. GOMES, Julia, 2015 “Conteúdo local e neoliberalismo neodesenvolvimentista: a indústria da construção naval e a política de compras da Petrobrás durante os Governos Lula.” Acessível em http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Julia%20gomes%20e%20Souza%2010550.pdf

detrimento de outra. É isso que impede falarmos de burguesia em geral quando analisamos os governos petistas e é isso que vamos tentar mostrar a seguir.

O bloco no poder e as alianças de classe

Temos argumentado que o bloco no poder no Brasil comporta inúmeras frações burguesas¹². Em primeiro lugar, temos o grande capital que, por sua vez, está dividido em duas frações ou subfrações: uma fração que poderíamos denominar, seguindo Nicos Poulantzas¹³, a grande burguesia interna, que pretende manter e melhorar a posição que ocupa no capitalismo dependente brasileiro e que entretém uma relação de cooperação e de concorrência com o capital internacional, e, outra, que poderíamos denominar a fração internacionalizada da burguesia brasileira, que age em aliança com o grande capital financeiro e produtivo internacional. Em segundo lugar, temos um vasto conjunto de pequenas e médias empresas, com poder econômico e influência política reduzidos, que não atuam como força social distinta, isto é, que não estão dotadas de organização e programa político próprios na conjuntura atual. A disputa principal no interior do bloco no poder se deu, ao longo dos governos petistas, entre a grande burguesia interna e a burguesia internacionalizada. Entre 2003 e 2014 essas duas frações burguesas ocuparam posições distintas na política nacional: a grande burguesia interna assumiu, principalmente a partir de 2008, a hegemonia no interior do bloco no poder, enquanto a burguesia internacionalizada ou associada ocupava uma posição subordinada no interior desse bloco e encontrava-se na oposição.

Com a crise econômica e política, a grande burguesia interna foi atraída para o campo político da burguesia associada e poderá, no limite, dissolver-se enquanto fração autônoma de classe¹⁴. As frações burguesas não são simples reflexo do perfil e da inserção econômica das empresas capitalistas, dependem do impacto da política econômica do Estado sobre os segmentos burgueses e da capacidade de organização política dos distintos segmentos empresariais. Elas se formam, desenvolvem-se e também podem desaparecer. O desenrolar da crise presente nos dirá o que irá acontecer com a grande burguesia interna enquanto fração. Por ora, vejamos quais segmentos integravam essa fração e qual política econômica ela pleiteava antes da crise.

¹² BOITO Jr., Armando. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”, op. cit.

¹³ POULANTZAS, Nicos, *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1974.

¹⁴ Estamos realizando, com o auxílio dos estudantes André Barbosa, Julia Nunes e Rosylli Oliveira, um levantamento sobre a posição da grande burguesia interna na crise atual. Temos consultado os documentos da Fiesp, da CNI, da Abag, da Abimaq, da ABIDB, do Sinaval e de outras associações empresariais que representam setores da grande burguesia interna. A tônica dos documentos dessas associações é apoiar o ajuste fiscal e pleitear reformas que ferem os interesses dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado. Querem que o ajuste seja feito às custas dos trabalhadores. Não era isso que se destacava no período anterior. Pleiteava-se, então, medidas do Estado favoráveis ao crescimento econômico e poupava-se os interesses dos trabalhadores.

A grande burguesia interna era formada por grandes empresas sob o controle de capital nacional e estava alocada em diferentes setores da economia – na construção naval, na construção pesada, no agronegócio, na indústria de transformação e, também, no setor bancário nacional¹⁵. Esse último é o setor da grande burguesia interna que mais se aproxima do capital internacional, mas ele apresenta como demanda específica e muito bem-sucedida a ação protetora do Estado para que os bancos nacionais mantenham o controle do mercado bancário brasileiro. Esse controle foi ameaçado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, mas foi revigorado pela política dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff nas décadas de 2000 e 2010. A fração que estamos denominando burguesia internacionalizada é composta pelos grupos econômicos atuantes no Brasil que são propriedade de capital estrangeiro e também pelas empresas de capital nacional que entretêm uma relação de dependência direta com esses grupos. Do mesmo modo que ocorre com a burguesia interna, a burguesia internacionalizada está presente nos mais variados setores da economia. A indústria de transformação de propriedade de capital estrangeiro, que representa grande parte da indústria de bens de consumo duráveis no Brasil, pode, dependendo das medidas de política econômica consideradas, fazer o movimento inverso àquele que é feito pelo capital bancário nacional: bandear-se para o lado da grande burguesia interna. Para dar um exemplo, isso ocorreu nas ocasiões em que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff tomaram medidas de proteção alfandegária e não-alfandegária para a produção industrial local.

Como se pode notar, o fracionamento da burguesia é complexo. Não há uma linha reta e rígida que separe as diferentes frações burguesas e essas não são blocos homogêneos desprovidos de contradições. Em primeiro lugar, como já ficou subentendido nos exemplos acima, diferentes sistemas de fracionamento se entrecruzam: capital industrial e capital bancário, capital nacional e capital estrangeiro, grande e médio capital e outros são atributos que podem tensionar os interesses de uma mesma e única empresa¹⁶. É esse entrecruzamento que torna a linha divisória das frações sinuosa e flexível. Ele pode fazer com que, em determinadas circunstâncias, os bancos nacionais aproximem-se, por serem bancos, de seus congêneres estrangeiros, apesar de serem nacionais, do mesmo modo que, também dependendo das circunstâncias, a indústria estrangeira implantada no Brasil pode se aproximar, por ser indústria, do setor industrial nacional, apesar de ser estrangeira. Em segundo lugar, existem contradições no interior de uma mesma fração – por exemplo, a contradição no interior da grande burguesia interna entre a indústria e os bancos no que respeita à taxa de juro. Essas contradições permanecem, no geral, contradições secundárias frente à contradição que divide as duas frações principais da burguesia, mas podem provocar o deslocamento de um ou outro setor em circunstâncias específicas – o setor sucroalcooleiro, depois de ter apoiado os governos

¹⁵ Retomo nos parágrafos seguintes e com modificações parte de um artigo que publiquei no exterior. Ver Armando Boito e Alfredo Saad-Filho. “State, State Institutions, and Political Power in Brazil”. *Latin American Perspectives*, v. 1, p. 1-20. 2016.

¹⁶ Francisco Pereira Farias. “Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas”. *Crítica Marxista*, número 28. 2009.

Lula da Silva, afastou-se do governo Dilma Roussef devido às perdas do mercado do etanol. O resultado dessas considerações é que é possível detectar, em cada uma das duas frações mais importantes da burguesia, segmentos que compõem um núcleo mais consistente e outros que integram, digamos assim, uma periferia gelatinosa. Contudo, em grandes linhas, a estratégia de desenvolvimento capitalista neoliberal ortodoxa que foi adotada na década de 1990 e a estratégia neodesenvolvimentista que foi adotada pelos governos do PT na década de 2000 e de 2010, são estratégias que afetam de maneira muito desigual uma e outra das frações burguesas citadas e cada uma delas criou vínculos de representação de interesses mais ou menos estáveis – a burguesia internacionalizada e o capital internacional se reconhecem no neoliberalismo ortodoxo dos governos do PSDB, enquanto a grande burguesia interna se reconhece no neodesenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na década de 1990, a política econômica e social do Estado atendeu, prioritariamente, os interesses da fração internacionalizada da burguesia brasileira, do capital financeiro e produtivo internacional. A política que expressava esse arranjo de poder era a política neoliberal ortodoxa, uma estratégia de política econômica que se concretizou, como em toda a América Latina, nas medidas de redução dos direitos sociais e trabalhistas, na privatização e venda das empresas públicas, na ampla abertura comercial e na desregulamentação financeira.

A ascensão de Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores ao Executivo Federal na eleição de 2002 alterou esse quadro. O modelo capitalista neoliberal foi mantido, mas se procurou introduzir nele elementos de política econômica inspirados no velho desenvolvimentismo. A ampla abertura comercial iniciada pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso foi mantida, mas os governos do PT implantaram a preferência para as empresas locais na compra de bens e de serviços pelo governo e pelas empresas estatais que haviam sobrado dos grandes leilões da década de 1990 – a chamada política de conteúdo local. As privatizações não foram revogadas, mas os governos do PT trataram de fortalecer as empresas estatais restantes a começar pela Petrobrás. A política de juro elevado foi mantida, mas os governos do PT trataram de fortalecer e expandir o grande banco estatal de investimento que é o BNDES, oferecendo juro subsidiado para as grandes empresas brasileiras. Essa política melhorou a posição da grande burguesia interna no bloco no poder, contou com o apoio das grandes empresas brasileiras, e passou a contar com a hostilidade crescente do capital financeiro e produtivo internacional. Em harmonia com essa nova política de desenvolvimento, os governos petistas mudaram, também, a política externa¹⁷. Distanciaram-se dos Estados Unidos – engavetamento da ALCA, criação do G 20, participação ativa e destacada no grupo dos BRICS – e se aproximaram dos países do Hemisfério Sul. Obtiveram, com isso, maior margem de manobra no cenário internacional e puderam tocar adiante uma política de expansão dos negócios da grande burguesia interna na

¹⁷ Ver BERRINGER, Tatiana, *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Op. Cit.

América do Sul, na África e no Oriente Médio¹⁸. A grande burguesia interna nunca aspirou mais que uma moderação ou reforma do modelo neoliberal de modo a que seus interesses pudessem prosperar dentro desse modelo. Ela é dependente no plano tecnológico, financeiro e político do imperialismo e não pretende romper com ele. Pretende, apenas, moderar os elementos do modelo capitalista neoliberal que ferem diretamente seus interesses.

Cada uma das poderosas frações da burguesia estabeleceu alianças e apoios fora do bloco no poder. A grande burguesia interna formou uma frente política, que foi a frente que sustentou os governos do PT, da qual faziam parte a baixa classe média, o sindicalismo operário, parte importante do movimento camponês e grande parte dos trabalhadores da massa marginal¹⁹. Para cada um desses setores sociais os governos do PT, sem deixar de priorizar os interesses da grande burguesia interna, ofereceu algo que permitiu a melhoria de suas condições de trabalho e de vida – política de valorização do salário mínimo, financiamento e reserva de mercado para a pequena agricultura familiar, grande expansão das vagas no ensino técnico e superior, quotas raciais e sociais para as universidades e para o serviço público, programa de construção de moradia popular, políticas de transferência de renda para os que se encontram em situação de pobreza extrema e outros. Os trabalhadores da massa marginal, que são os beneficiários dos dois grandes programas de transferência de renda – Bolsa Família e Auxílio de Prestação Continuada – formam o setor social que vota de modo mais massivo e constante nos candidatos presidenciais do PT. Na eleição de 2014, quando alguns setores populares hesitaram ou se retiraram da frente neodesenvolvimentista, foram os trabalhadores da massa marginal, principalmente do interior das regiões menos desenvolvidas, que garantiram a vitória de Dilma Rousseff.

A burguesia internacionalizada, por sua vez, estabeleceu uma aliança com a alta classe média urbana. Essa fração da classe média tem sido a base eleitoral do PSDB. A alta classe média vê na política social dos governos do PT uma ameaça aos seus interesses econômicos e também ao prestígio social que ela usufrui na sociedade brasileira²⁰. Essa alta classe média é composta de trabalhadores assalariados com salários muito elevados, tanto para padrões brasileiros quanto internacionais, alocados

¹⁸ A política neodesenvolvimentista segue uma linha ascendente ao longo das décadas de 2000 e 2010. Por isso, não concordamos com a análise de André Singer para quem os governos petistas teriam uma política bonapartista no sentido de atender ora uma, ora outra, classe ou fração de classe em presença em decorrência da instabilidade da correlação de forças. Fosse assim, convém esclarecer, teríamos uma política econômica ziguezagueante, o que definitivamente não aconteceu. Ver SINGER, André, *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2012. Critiquei a análise de Singer no meu artigo intitulado “O lulismo é um tipo de bonapartismo? Crítica às teses de André Singer”. Revista *Crítica Marxista*, número 37. 2013.

¹⁹ BOITO Jr., Armando “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. Fórum Econômico da FGV-SP. 2012. Acessível em <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>

²⁰ CAVACANTE, Sávio, “Classe média e conservadorismo liberal”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião, et. al. *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2015. Pp. 177-195.

no setor público e no setor privado e também por profissionais liberais bem-sucedidos economicamente. Em termos profissionais, são administradores, economistas, engenheiros, médicos, advogados, professores universitários, arquitetos e outras profissões e ocupações. Só pertencem à alta classe média, porém, os trabalhadores bem-sucedidos economicamente nessas profissões. Há muitos médicos, professores universitários, advogados e jornalistas que não encontram boa colocação no mercado de trabalho e pertencem, por isso, a estratos inferiores da classe média urbana. Integram também a alta classe média os funcionários que ocupam cargos em carreira de Estado como juízes, promotores, procuradores, oficiais das forças armadas, policiais federais e outros.

Era assim que estavam dispostas as forças antes do desencadeamento da crise política.

A crise política

As divisões econômicas de classe não aparecem de maneira idêntica e fixa no nível do processo político. A linha que dividia o campo neodesenvolvimentista, composto pela grande burguesia interna e seus aliados, do campo neoliberal ortodoxo, composto pelo capital internacional e seus apoios internos, nunca foi uma linha reta e rígida. Essa linha divisória, sinuosa e flexível, sofreu deslocamentos significativos a partir de 2013, ano ao qual remonta a origem da crise política atual. Esses deslocamentos significam mudanças importantes na correlação de forças entre os dois campos e são a própria história do desencadeamento e do desenvolvimento da crise.

A economia brasileira, que crescera 7,5% em 2010, estacionou no biênio de 2011 e 2012 numa taxa de crescimento muito baixa. A oposição neoliberal percebeu a oportunidade, saiu da defensiva e retomou a iniciativa política. Elegeu como inimigo principal o então ministro da Fazenda Guido Mantega e a sua “nova matriz de política econômica”. Os cadernos de economia dos grandes jornais passaram a martelar a necessidade de reduzir os gastos do Estado, acabar com as desonerações fiscais e aumentar a taxa de juros. A Selic tinha sido derrubada para 7,5% ao ano e o rendimento dos investimentos financeiros aproximou-se de zero.

Esse é um ponto fundamental: quem provocou a crise foi a ofensiva política do campo neoliberal ortodoxo, dirigido pelo capital internacional e pela fração da burguesia brasileira a ele integrada, e não a luta popular. Muitos se confundem ao examinar esse problema. O fato de as pesquisas de opinião indicarem que a imagem do governo Dilma foi abalada em decorrência das manifestações de junho de 2013 e desde então não tenha mais voltado aos patamares anteriores, leva alguns analistas a sugerirem que a crise política foi provocada pela ascensão da luta popular. Duplo engano. Primeiro, porque apenas a primeira fase das manifestações de junho de 2013 teve caráter nitidamente popular. Foi a fase em que o Movimento Passe Livre (MPL) lutou contra o aumento das tarifas de transporte. Numa segunda fase, as manifestações incorporaram novos setores sociais, inclusive a alta classe média, ampliaram suas palavras-de-ordem, incluindo, principalmente, o discurso genérico contra a corrupção,

e se tornaram dependentes da mídia que passou a orientá-las contra o governo federal. No seu início, a luta contra o aumento das passagens estava endereçada às prefeituras e aos governos do Estado, mas a grande mídia federalizou os protestos.

O que temos aí é uma articulação complexa entre dois tipos de contradição. A principal, que provocou a crise política e que opõe o campo da burguesia internacional ao da frente neodesenvolvimentista, articulou-se, de maneira favorável ao campo neoliberal ortodoxo, com as contradições existentes no próprio interior da frente neodesenvolvimentista. A Revolta da Tarifa reuniu, como mostram as pesquisas, jovens de baixa classe média, trabalhadores que, na maioria dos casos, são também estudantes. É o setor beneficiário da política dos governos petistas de expansão do ensino superior, que dobrou o número de universitários brasileiros. Ocorre que o mercado de trabalho para os diplomados cresceu muito pouco. Os postos gerados foram, devido à reativação da função primário-exportadora da economia brasileira, predominantemente empregos que dispensam alta qualificação e pagam baixo salário²¹. Foi a frustração da juventude de baixa classe média que se expressou na Revolta da Tarifa e mesmo na segunda fase das manifestações de junho²². Essa frustração, contudo, permaneceu politicamente acéfala, inclusive em razão do culto ao espontaneísmo que caracteriza o MPL e pôde, também por isso, ser confiscada pela reação e canalizada para o crescimento das candidaturas neoliberais em 2014.

Como indicamos, há contradições diversas no seio da frente neodesenvolvimentista. A contradição da juventude de baixa classe média com a frente foi uma contradição nova, que se desenvolveu conforme se expandia o estudantado universitário sem a correspondente expansão dos empregos para os diplomados. Mas, havia e há, também, contradições originárias, que estiveram presentes desde o início dos governos da frente neodesenvolvimentista. No campo das classes populares, o movimento sindical foi muito ativo nesse período na luta grevista e logrou obter uma melhoria geral dos salários²³. Conflitos econômicos duros ocorreram entre sindicatos e grupos da grande burguesia interna. O movimento camponês, apesar das políticas sociais que beneficiaram os assentados, sempre esteve insatisfeito com a drástica redução das desapropriações. No âmbito das classes dominantes, havia e há contradições no interior da própria burguesia interna. O mais notório é o conflito entre os grandes bancos nacionais e o setor produtivo nacional em torno da política fiscal e da taxa de juro. Também entre os de cima, surgiram contradições novas. O deslocamento da política energética de prioridade para o etanol para a prioridade ao pré-sal afastou o setor sucroalcooleiro do governo Dilma.

²¹ POCHMANN, Marcio, *Nova Classe Média?* São Paulo: Boitempo. 2012.

²² RIDENTI, Marcelo, “Que juventude é essa?”. *Folha de S Paulo*. 23 de junho de 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1299690-marcelo-ridenti-que-juventude-e-essa.shtml>

²³ BOITO Jr., Armando., GALVÃO, Andréia e MARCELINO, Paula. “A nova fase do sindicalismo brasileiro”. In Seminário Internacional 'Sindicalismo Contemporâneo: 1º de maio – uma nova visão para o Movimento Sindical Brasileiro'. Campinas: Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) – Unicamp. Pp..206-223. 2015

O fato é o seguinte: quando o campo neoliberal ortodoxo iniciou a sua ofensiva restauradora, a frente neodesenvolvimentista vinha se esgarçando. Como já indicamos, a grande burguesia interna foi se bandeando para o lado da oposição neoliberal. Convenceu-se, como mostram os documentos que temos levantado, que o ajuste fiscal é o único caminho para retomar o crescimento econômico, decidiu apoiar o ajuste e, é claro, para poupar os seus próprios negócios, requer medidas que penalizem os trabalhadores. Essas mudanças apareceram em diversos acontecimentos da cena política. Acabou o apoio unânime das grandes centrais sindicais ao governo, o PSB passou para a oposição, o PMDB dividiu-se e, posteriormente, passou a organizar no Congresso o processo de impeachment e uma entidade empresarial da importância da Fiesp passou, do apoio ativo aos governos neodesenvolvimentistas, a um ativismo frenético pela deposição do Governo Dilma.

A ofensiva restauradora, encabeçada pelas classes e frações de classe que formam o campo neoliberal ortodoxo, obteve uma vitória importante. No momento em que escrevemos este texto, Michel Temer é o presidente interino e tanto o seu programa, intitulado “Uma ponte para o futuro”, quanto as suas primeiras medidas evidenciam o objetivo de retomar a plataforma neoliberal da década de 1990. O movimento popular encontra-se, ainda, numa fase de luta reivindicativa e segmentada. Não há programa e organização política orientando e enquadrando as massas trabalhadoras. Não está no horizonte da conjuntura atual a formação de um poder popular. Nessa situação, o principal inimigo a ser combatido é o golpe de Estado parlamentar. Contudo, o governo Dilma e o PT não estão se mostrando à altura do momento. Dilma abandonou o programa que agitara na campanha eleitoral, baixou um ajuste fiscal pesado, e distanciou-se do movimento sindical e popular. Lula apenas tardiamente passou a participar das manifestações em defesa do governo. Só o fez depois que o juiz Sérgio Moro tentou levá-lo preso para Curitiba. Dilma Rousseff só discursou na última manifestação realizada no Vale do Anhangabaú em São Paulo já no dia 17 de abril, poucas horas antes da votação do processo de impeachment na Câmara Federal.

O mais provável é que o impeachment seja confirmado na votação de mérito no Senado em agosto ou setembro. Porém, não é possível afirmar que essa seja a crise final do neodesenvolvimentismo. O destino do PT e do programa neodesenvolvimentista são, hoje, uma incógnita.

Artigo recebido em 31.3.2016

Aprovado em 27.4.2016